

SEMIÓTICA, CULTURA E COMUNICAÇÃO

Fábio Sadao Nakagawa¹
Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa²

Resumo: O artigo pretende discutir a ideia de cultura articulada pelos teóricos da Escola de Tártu, Leningrado e Moscou que passou a ser o principal objeto de investigação da Semiótica da extração russa. Compreendida também como o texto de todos os textos, a noção de cultura se expande nos conceitos de fronteira semiótica e texto cultural para alcançar a comunicação como relações assimétricas, tensivas e dialógicas entre sistemas de signos.

Palavras-chave: Semiótica, cultura, comunicação, linguagens, fronteira cultural, linguagens.

Difundida inicialmente no Brasil como semiótica russa por conta do livro homônimo organizado e publicado em 1979 por Boris Schnaiderman, a semiótica da cultura trouxe outra perspectiva de investigação às ciências das linguagens, ao não propor mais uma noção de signo e tampouco tentar desvelar a complexidade da linguagem a partir dos elementos mais simples. Esta visão mais macro e não atomizada do funcionamento das linguagens deveu-se ao fato dos princípios da semiótica da cultura terem sido constituídos, a partir dos anos 60, pelos diálogos interdisciplinares entre pesquisadores com formações intelectuais distintas e provenientes de diferentes localidades da União Soviética que, através da “força unificadora da personalidade de Iúri Mikháilovich Lótman” (TOROP *apud* MACHADO, 2003, p.69), tentaram compreender os processos de modelização, tradução e contaminação entre esferas culturais. Havia, portanto, um anseio em ir além da elucidação dos signos presentes em um determinado discurso para investigar os processos signos imersos nos espaços da cultura. Por isso, a cultura tornou-se o principal objeto de investigação desta semiótica.

Em seu texto *competência semiótica*, Machado (2003), tentando explicitar os conceitos principais da escola, afirma no verbete “cultura” que ela deve ser entendida como:

Sistema semiótico constituído pela dinâmica transformadora dos textos enquanto estruturas. Nas estruturas de todo texto se manifesta a orientação para um certo tipo de memória, não aquela individual, mas a memória coletiva. Cultura é assim memória coletiva não-hereditária. Para a semiótica, a cultura é um conjunto de informações não hereditárias que são armazenadas e transmitidas por grupos em

¹ Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC- SP, professor do Departamento de Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – FACOM | UFBA. E-mail: fabiosadao@gmail.com.

² Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC- SP, profa. Do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT | UFRB. E-mail: regianemo@uol.com.br.

domínios diferenciados de manifestação de vida. Uma vez que a cultura compõe-se de traços distintivos, as informações vinculadas a uma coletividade configuram-se como um subconjunto caracterizado por um certo padrão de ordem (MACHADO, 2003, p.157).

Proposta como um *continuum* de textos e informações não-hereditárias, esta noção de cultura retira a exclusividade de entendê-la apenas sob o domínio do antropo e propõe pensá-la na sua ingerência por meio das diversas e diferentes semioses produzidas pelas linguagens.

Para compreender tal dimensão, é importante primeiramente relembrar as palavras de Décio Pignatari quando ele afirma que “não há informação possível fora de um sistema qualquer de signos” (PIGNATARI, 2008, p.48), pois toda e qualquer informação é produto de um processo de seleção e combinação de signos e, portanto, ela expressa tanto um modo de organização e ordenação signica quanto aponta para as linguagens que foram utilizadas em sua composição.

Além disso, a noção de cultura trazida pelos teóricos da escola de Tartú, Leningrado e Moscou, na sua relação com as dinamicidades do texto, ultrapassa a delimitação possível entre texto e contexto, no momento em que o primeiro, nomeado como texto cultural, passa a ser compreendido não como um enunciado que surge por meio do uso de uma dada linguagem por um sujeito, mas como arranjo signo que surge na interface entre pelos menos duas linguagens.

Esta mediação entre esferas culturais foi denominada por Lotman (1996, p.24) como fronteira semiótica e foi baseada na zona de interseção entre conjuntos distintos da teoria matemática. Nela, se articula um espaço de traduções e intraduções, onde uma linguagem fornece e recebe informações de outra linguagem. O que não implica em dizer que há o deslocamento como mero transporte de um dado elemento de uma esfera a outra, mas se formam entre elas diferentes semioses no momento em que as características e propriedades de uma linguagem atuam como objetos dinâmicos para a construção de novos elementos compositivos em outro sistema de cultural. A predominância, portanto, está na relação comunicativa que há entre elas para a geração e circulação das informações que dizem respeito não à especificidade de uma linguagem, mas às todas as linguagens envolvidas.

Apesar de haver o intenso diálogo entre linguagens, elas não se misturam e tampouco se tornam uma espécie híbrida de linguagem capaz de fundi-las num todo indiscernível, alcançando, com isso, o denominado estado entrópico. Isto porque a fronteira semiótica tem uma dupla função, ela atua como espaço de interseção, mas também funciona como espaço de

delimitação. Se de um lado, ela mostra a capacidade de tradução de uma linguagem pela outra, do outro lado, ela demonstra tanto os limites de todo processo tradutório quanto a conservação e autopreservação de uma esfera que não perde a sua autonomia e identidade na relação com o outro.

Como toda linguagem pode estabelecer várias fronteiras com outras linguagens em diferentes tempos e contextos, o número de fronteiras possíveis dá a dimensão da quantidade incalculável de textos culturais gerados pelas traduções intersemióticas. Originado das semioses produzidas nas interfaces entre sistemas de signos, este conjunto de textos e informações em trânsito constitui, portanto, a própria ideia de cultura investigada pelos teóricos da escola de Tártu, Leningrado e Moscou. Dessa maneira, cultura também passa a ser entendida como uma espécie de grande texto que se reporta as linguagens que constituíram todos os textos que o compõe, como também possibilita perceber a sincronia que há entre os textos, uma vez que surgem por meio de uma rede de semioses na qual estão imersos.

Cultura e comunicação

A concepção semiótica da cultura formulada pelos teóricos da ETM possui um estreito vínculo com a comunicação, dada a impossibilidade de pensar a primeira dissociada dos processos comunicativos que viabilizam o seu vir a ser. Não é à toa que Lotman indica que “el vínculo orgânico entre la cultura y la comunicación constituye uno de los fundamentos de la culturología actual” (1998, p. 42). Porém, o autor refere-se a uma concepção muito específica de comunicação, cujo entendimento requer, antes de tudo, a apreensão do próprio mecanismo que confere inteligência aos sistemas semióticos.

Para Lotman, os objetos inteligentes podem ser divididos em três classes: a consciência individual humana, a inteligência coletiva e o texto cultural (LOTMAN, 1998, p.17). Para definir aquilo que entende por inteligência, o autor toma por base o primeiro deles, mais especificamente, o funcionamento dos dois hemisférios constitutivos do cérebro do homem.

Como é amplamente sabido, o lado esquerdo possui uma sensibilidade eminentemente visual, do qual decorre o desenvolvimento de competências lógicas e lineares, ao passo que o direito se caracteriza pela sensibilidade ao acústico, que tende a potencializar formas associativas mais analógicas e globais. Tais características levaram o teórico dos meios Marshall McLuhan (1978, p. 63) a reportar-se a cada um dos hemisférios como formas

específicas de linguagem, uma vez que entende que cada um deles constitui diferentes modelizações do pensamento, edificadas por meio de sistemas sógnicos completamente distintos, ou seja, discretos (visuais) e não-discretos (acústicos).

Para para o autor, as sensibilidades visual e acústica não se reportam somente àquilo que é percebido pelos sentidos da visão e da audição, mas sim à esfera perceptocognitiva relacionada a cada um deles. Assim, a percepção global vinculada ao acústico diz respeito a formas mais espaciais de apreensão e raciocínio, ao passo que o visual se reporta a modos mais classificatórios de pensamento. É pelo tensionamento e pelo intercâmbio entre ambos os hemisférios, caracterizados por lógicas completamente distintas, que se opera o funcionamento da inteligência individual humana.

Lotman toma por base tal atividade para situar a ação do mecanismo inteligente da cultura, uma vez que ele se faz atuante justamente por meio das relações continuamente instituídas entre diferentes sistemas sógnicos. E, como o texto cultural consiste no “resultado” dessa interação, logo, sua materialidade sógnica é edificada por, no mínimo, duas linguagens e/ou códigos, relativos aos distintos sistemas colocados em relação, do qual decorre sua heterogeneidade semiótica e cuja apreensão processa-se por meio da fronteira semiótica.

Lotman (1998) igualmente toma por base o funcionamento dos dois hemisférios para situar a irregularidade e a assimetria que caracterizam tais intercâmbios. Segundo o autor, a atividade da consciência individual pressupõe a interação contínua entre um hemisfério e outro, cujo processo está longe de ser equilibrado. Correlato aos momentos de igualdade e proporcionalidade relativos à atuação de cada lado, há também aqueles em que se observa um certo “descolamento” de uma esfera em relação à outra, do qual decorre a intensa atividade de uma das tendências em detrimento da sua oposta. Ainda segundo o autor (1998, p. 48), quando trabalham de forma simultânea, há uma espécie de “inibição” recíproca de cada hemisfério, de modo que um neutralizaria a ação do outro, ao passo que a “desconexão” momentânea entre eles incitaria a atividade de um dos lados em detrimento do outro.

O mesmo ocorreria no âmbito do funcionamento da cultura, uma vez que a equiparação da atividade entre um sistema e outro inviabilizaria a ação tradutória da fronteira, que somente pode atuar por meio de relações assimétricas, das quais resulta a emersão de um novo texto cultural, cuja configuração nem sempre pode ser prevista. Por consequência, a fronteira nunca é predeterminada de antemão, pois ela é edificada com base nos encontros, muitas vezes imprevisíveis, que irrompem entre diferentes esferas. Como afirma Lotman:

Queda la convicción de que la correlación entre estas subestructuras y su integración se realiza en forma de diálogo dramático, de transacciones y de tensión mutua; de que este propio mecanismo de la inteligencia debe tener sólo un aparato de asimetría funcional, sino también dispositivos que dirijan su estabilización y desestabilización, que garanticen la homeostaticidad y la dinámica (LOTMAN, 1998, p. 54-55)

Por sua vez, esses estágios são sempre momentâneos, ao mesmo tempo que não excluem os momentos de inibição recíproca que, segundo Lotman, são absolutamente necessários após o processo tradutório, por meio dos quais ocorre o processo de autoconsciência e estabilização dos sistemas, que se voltam para o seu próprio reordenamento interno.

Quanto ao raciocínio desenvolvido pelo autor para definir os mecanismos de inteligência da cultura, cumpre fazer uma ressalva. Conforme foi dito anteriormente, os Teóricos da Escola de Tártu-Moscou mantiveram um estreito diálogo interdisciplinar com diferentes áreas de conhecimento, sendo as ciências cognitivas uma delas. Um dos principais conceitos desenvolvidos por esse campo reporta-se à modelização, que implica o mecanismo de “abstrair” a maneira de ser dos fenômenos com o intuito de produzir modelos que permitam conhecê-los. Em outras palavras, pode-se dizer que modelizar envolve uma “classe de equivalência correspondente” (DUPUY, 1996, p. 23), em que, com base num determinado modelo, busca-se estabelecer equivalências relativas ao funcionamento de diferentes classes de fenômenos, com o intuito de perceber similaridades e diferenças e, com isso, levantar hipóteses de pesquisa. Inclusive, Dupuy chega a afirmar que “o modelo, na ciência, é o que o homem faz” (1996, p. 23), na tentativa de melhor compreender o funcionamento dos fenômenos que estão no mundo e, porventura, manipulá-los.

É justamente esse o processo feito por Lotman para desenvolver seu ponto de vista sobre a ação da inteligência da cultura, pois toma por base as linguagens constitutivas de cada hemisfério e os intercâmbios entre elas para compreender de que maneira a cultura também é dotada de uma inteligência própria. Nota-se que o modelo desenvolvido por Lotman não é estático, ao contrário: o autor busca justamente compreender as dinâmicas das linguagens do pensamento para construir um modelo igualmente dinâmico, que permita apreender o movimento da cultura que, por sua vez, independe da ação humana. Da mesma forma, será esse raciocínio que orientará a discussão de Lotman sobre a ação modelizadora exercida pelos sistemas de linguagem que formam a cultura.

É com base nesses preceitos que podemos situar aquilo que os semioticistas entendem por comunicação a qual, necessariamente, pressupõe um processo assimétrico e irregular estabelecido entre linguagens distintas, não equivalentes. Por sua vez, cumpre ressaltar que tal perspectiva não se opõe ao tão difundido diagrama espacial da comunicação, formulado pelo linguista Roman Jakobson, com cujas ideias os semioticistas da cultura mantiveram um intenso diálogo. Inclusive, retomá-lo nos ajuda a melhor compreender a amplitude do raciocínio proposto pelos teóricos da ETM.

Antes de tudo, cumpre lembrar que Jakobson propõe um diagrama espacial para compreender o processo comunicativo e, como indica Charles Sanders Peirce (1990), todo diagrama visa traduzir, por meio das relações constitutivas no interior do signo, aquelas relativas às partes do objeto dinâmico representado. Nesse sentido, nota-se que o diagrama constitui um signo que intenta captar a dinamicidade de um conjunto de relações que, nem sempre, se mostram com clareza. Além disso, por ser espacial, o diagrama busca justamente flagrar um conjunto de intercâmbios que ocorrem de forma sincrônica, cuja observação permite vislumbrar um conjunto de vínculos existentes ou possíveis, dependendo da flexibilidade e reversibilidade das posições ocupadas por seus elementos constitutivos que, no caso do diagrama proposto por Jakobson, abarca seis partes: emissor, receptor, contexto, mensagem, contato e código.

Como ressalta Machado (2007), a formulação elaborada pelo linguista não pode ser entendida fora do circuito dialógico da comunicação, o qual pressupõe a contínua troca de papéis entre emissor e receptor. Aquele que diz algo também é um ouvinte e um receptor em potencial, uma vez que seu enunciado gera uma resposta por parte do interlocutor, que elabora uma nova proposição. Ao mesmo tempo, a presença de um código comum, que permite o estabelecimento de um vínculo comunicativo entre emissor e receptor, não pode ser confundido com um “código único” (MACHADO, 2007, p. 65). Isso porque, não apenas uma mensagem pode ser constituída pela combinação entre diferentes códigos, como “os códigos da emissão não são os mesmos daqueles que orientam a recepção” (MACHADO, 2007, p. 65), em virtude da especificidade dos reportórios de cada um.

Ainda de acordo com Machado (2007, p. 72), o conceito proposto por Jakobson prevê o funcionamento do código como um “sistema de probabilidades”, que pressupõe a contínua redefinição das possibilidades combinatórias do código com base nos processos de codificação e decodificação que, conforme aponta o diagrama, são contínuas e incessantes.

É por isso que, ao contrário da compreensão corrente, o processo de decodificação não se limita à mera apreensão das regras constitutivas do código emissor com o intuito de desvelar um significado pré-determinado. Tal compreensão pressupõe a plena equivalência entre os códigos pertencentes a um polo e outro. Caso isso ocorresse, entre eles se estabeleceria uma relação simétrica, marcada pela mera sobreposição de um repertório sobre o outro o que, por sua vez, inviabilizaria o processo comunicativo tal como Lotman indica ao se reportar à atividade de cada hemisfério cerebral. O mesmo se dá quanto à produção de sentido pois, tal como aponta Lozano em referência a Lotman, “toda manifestación de significado es una traducción, una recodificación” (2015, p.128), tendo em vista a discrepância dos códigos colocados em diálogo, o que impede o simples transporte de um significado unívoco de um ponto a outro. Nesse sentido, nota-se de que maneira a formulação proposta por Jakobson também pode ser entendida como um diagrama das relações comunicativas que caracterizam o funcionamento da cultura entendida pela perspectiva semiótica, tal como propõe os teóricos da ETM.

Retomando a questão relativa à fronteira semiótica, pela qual seria possível apreender a contínua redefinição dos códigos e das linguagens, cumpre lembrar que a disparidade dos códigos relacionados à emissão e à recepção impede que tais intercâmbios sejam mediados por um “algoritmo dado de antemano” (LOTMAN, 1996, p.65), que permita estabelecer um parâmetro para o processo tradutório. Nesses casos, como Lotman (1996, p. 64) situa, ainda que toda consciência seja dotada de raciocínio lógico, capaz de trabalhar segundo uma formalização prévia que permita estabelecer a correspondência entre diferentes mensagens segundo aquilo que é determinado por um determinado algoritmo, a maior parte dos processos culturais é pautado por tensionamentos, em que o processo tradutório ocorre mediante o estabelecimento de analogias entre as variáveis constitutivas de distintos códigos e linguagens.

Como define Paul Valéry (1998), a analogia reporta-se à capacidade de correlacionar e justapor esferas distintas, de modo a perceber o que as aproxima e o que as separa. Com isso, entre um sistema e outro operam-se equivalências tradutórias edificadas por meio da criação de relações de similaridade entre uma variável e outra, de modo que o mecanismo analógico adquire um caráter eminentemente probabilístico e inesperado (LOTMAN, 1996, p. 64).

É por isso que, tal como Lotman afirma (1996, p. 67), a “transmisión del mensaje” não pode ser entendida como única função do mecanismo comunicativo e, por consequência, do mecanismo cultural. Em virtude da atuação da fronteira semiótica, seu papel central passa a

ser a criação de novas mensagens e sentidos na cultura, equiparando-se assim ao funcionamento da consciência criadora individual do homem. Nesse sentido, a comunicação, no âmbito do pensamento semiótico, passa a ser entendida sobretudo como um processo de transformação, responsável por acarretar o contínuo aumento de complexidade dos sistemas e, por consequência, da própria cultura. Como Lotman afirma, em “la comunicación, nos topamos con un proceso de complicación progresiva” (LOTMAN, 1996, p. 67) que, por sua vez, elucida o funcionamento e os devires da própria cultura.

Considerações finais

A concepção semiótica de cultura proposta pelos teóricos da Escola de Tártu-Moscou, muito sinteticamente apresentada nesse artigo, oferece uma perspectiva que não limita a análise da linguagem à produção de sentidos, tampouco ao fato de representar algo distinto dela própria. Como, para essa abordagem, a cultura somente adquire materialidade por meio dos sistemas sógnicos, logo, sua compreensão não pode prescindir da tentativa de discriminar o processo construtivo das mais variadas formas de linguagem.

Isso se dá por meio do reconhecimento da fronteira e da assimetria que se estabelece entre diferentes esferas, das quais resulta a edificação de novos textos culturais. Inclusive, cumpre lembrar que a ambivalência, que caracteriza a fronteira, pela qual tanto é possível apreender os intercâmbios edificados entre diferentes sistemas quanto discriminar os principais traços distintivos de cada um e seu processo de autoconsciência, ou seja, a sua individualidade semiótica, é um mecanismo de vital importância para a compreensão da diversidade constitutiva da cultura.

Não se pode desconsiderar que o dinamismo, que qualifica cada um dos objetos indicados por Lotman como inteligentes, apenas se faz possível pela diferença e pela alteridade daquilo que é posto em interação. Ao contrário, o princípio lógico da identidade inviabiliza qualquer possibilidade de troca, uma vez que por meio dele opera-se o mero reconhecimento daquilo que já “é”. Essa é uma contribuição importante dos Teóricos da Escola de Tártu-Moscou para a compreensão do movimento da cultura e, por consequência, do processo comunicativo, uma vez que elucida que somente a diferença torna os intercâmbios possíveis, ainda que não sejam destituídos de conflitos.

Referências bibliográficas

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

LOTMAN, Iuri. **La semiosfera I**. Semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

LOZANO, Jorge. **El discurso histórico**. Madrid, Sequitur, 2015.

MACHADO, Irene. **O filme que Saussure não viu: o pensamento semiótico de Roman Jakobson**. São Paulo: Horizonte, 2008.

MACHADO, Irene. **Escola de Semiótica: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

McLUHAN, Marshall; BABIN, P. **Era eletrônica**. Um novo homem, um cristão diferente. Liboa: Multinova, 1978.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PIGNATARI, Décio. **Informação. Linguagem. Comunicação**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

VALÈRY, Paul. **Introdução ao método de Leonardo da Vinci**. São Paulo: Ed. 34, 1998.